

OENGER S.A. - Em Recuperação Judicial

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2024

OENGER S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores e Acionistas  
OENGER S.A. - Em Recuperação Judicial  
São Paulo - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da OENGER S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OENGER S.A. - Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de julho de 2025.

## OENGER S.A. – Em Recuperação Judicial

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8	121	Fornecedores	7	158	32
		8	121	Tributos a recolher		2	2
				Outros passivos		28	
						188	34
Não circulante				Patrimônio líquido			
Sociedades do Grupo	5	31	90.619	Capital social	8 (a)	193.410	193.370
Tributos a recuperar	6	165	157	Prejuízos acumulados		(193.386)	(102.499)
Outros ativos		8	8			24	90.871
		204	90.784				
<b>Total do ativo</b>		<b>212</b>	<b>90.905</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>212</b>	<b>90.905</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## OENGER S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstrações dos resultados  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

	Nota	2024	2023
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	9	<u>(310)</u>	<u>(207)</u>
Prejuízo operacional		<u><u>(310)</u></u>	<u><u>(207)</u></u>
Resultado financeiro			
Resultado financeiro, líquido	10	<u>(90.577)</u>	<u>72</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(90.887)</u></u>	<u><u>(135)</u></u>
Prejuízo por ação das operações continuadas atribuível aos acionistas no final do exercício (expresso em R\$ por ação)	8 (b)	<u><u>(0,470)</u></u>	<u><u>(0,001)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## OENGER S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo do exercício	(90.887)	(135)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(90.887)</u>	<u>(135)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## OENGER S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2023		194.420	(102.364)	92.056
Redução de capital	8 (a)	(1.050)		(1.050)
Prejuízo do exercício - R\$ (0,001) por ação do capital social			(135)	(135)
Em 31 de dezembro de 2023		193.370	(102.499)	90.871
Aumento de capital	8 (a)	40		40
Prejuízo do exercício - R\$ (0,470) por ação do capital social			(90.887)	(90.887)
Em 31 de dezembro de 2024		193.410	(193.386)	24

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## OENGER S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(90.887)	(135)
Ajustes:			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	90.588	
Caixa aplicado nas operações		(299)	(135)
Variação nos ativos e passivos:			
Tributos a recuperar	6	(8)	(22)
Fornecedores	7	126	(19)
Outros passivos		28	
Tributos a recolher			2
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(153)	(174)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento (redução) de capital	8 (a)	40	(1.050)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos		40	(1.050)
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido		(113)	(1.224)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	121	1.345
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	8	121

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# OENGER S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2024  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

## 1 Contexto operacional

A OENGER S.A. – Em Recuperação Judicial (“OENGER S.A.” ou “Companhia”) é uma entidade de capital fechado e parte integrante do Grupo OEC (“Grupo OEC”), com sede em São Paulo, cuja controladora direta é a OEC S.A. - Em Recuperação Judicial (“OECSA”) e indiretas a Odebrecht Holdco Finance Limited (“ODB Holdco”) e Odebrecht Engenharia e Construção S.A. - Em Recuperação Judicial (“Odebrecht Engenharia”), partes integrantes do Grupo OEC (“Grupo”). A sede administrativa da Companhia está localizada na Av. Das Nações Unidas, 14.401 – Parque da Cidade – Chácara Santo Antonio, São Paulo. O Grupo OEC é parte integrante do Grupo Novonor.

A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades que explorem, dentre outros, negócios relacionados à Engenharia e Construção, tais como: (i) planejamento e a execução de projetos e obras de construção civil e engenharia, em todos os seus ramos e especialidades, sob regime de empreitada, administração, ou outros admitidos; (ii) planejamento e a execução de projetos e obras no ramo da indústria naval, nas suas atividades de construção, montagem, manutenção, conversão, reparo e modernização de embarcações e outros meios flutuantes; prestação de serviços de montagem, manutenção, conservação, reparação e operação de embarcações, plataformas, gasodutos, oleodutos, dutos submarinos e outros meios flutuantes; (iii) instalações técnicas de engenharia civil, montagens industriais, consultoria, planejamento, assessoria e estudos técnicos; (iv) prestação de serviços administrativos ou técnicos; (v) realização de empreendimentos imobiliários urbanos e rurais; (vi) desenvolvimento de negócios ou participação de negócios em exploração, produção, transporte e comercialização de hidrocarbonetos; (vii) investir, participar em licenças de exploração ou concessão de exploração ou em associações para ditos fins; (viii) a prática de outras atividades econômicas, conexas ou decorrentes das atividades referidas nas alíneas anteriores, inclusive as de locação e compra e venda de equipamentos, transporte, importação e exportação, incluindo, mas sem se limitar, à importação e exportação de medicamentos, sementes e mudas; e (ix) participação em outras atividades.

As presentes demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 22 de julho de 2025.

### (a) Processo de Recuperação Judicial

A Companhia juntamente com as empresas Odebrecht Engenharia, ODB Holdco, OECSA, OEC Finance Limited (“OEC Finance”), OECSA S.A. – Em Recuperação Judicial (“OECSA”), CNO S.A. – Em Recuperação Judicial (“CNO”), CBPO Engenharia Ltda. – Em Recuperação Judicial (“CBPO”), Odebrecht Overseas Limited (“OOL”), Tenenge Engenharia Ltda. – Em Recuperação Judicial (“Tenenge”), Belgrávia Serviços e Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (“Belgrávia”) e Tenenge Overseas Corporation (“TOC”) (“Recuperandas do Grupo OEC”) ajuizaram pedido de recuperação judicial em 27 de junho de 2024, cujo processamento foi deferido na mesma data pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (“Juízo da Recuperação”), que considerou atendidos os requisitos legais para instalação de referido procedimento judicial (nos autos do processo 1100438-71.2024.8.26.0100). Na mesma oportunidade, o Juízo da Recuperação determinou a suspensão de procedimentos de execução de créditos sujeitos à recuperação judicial pelo período de até 180 dias e nomeou a AJ Ruiz Consultoria Empresarial S.A. como Administradora Judicial.

#### (a.1) Plano de Recuperação Judicial

As Recuperandas do Grupo OEC apresentaram sua primeira proposta de Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) em 09 de setembro de 2024, que incluiu determinados termos para pagamento dos seus credores, e a previsão de um financiamento na modalidade *debtor in possession* (utilizado para empresas em recuperação judicial, que possui prioridade sobre outras dívidas existentes) de até US\$ 150 milhões (“Financiamento DIP”), que tem como financiador âncora o Banco Pactual BTG S.A., que garantirá o desembolso do valor de USD 120 milhões (com possibilidade de participação de outros credores financeiros no Financiamento DIP).

## OENGER S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

O PRJ apresentado pelas Recuperandas do Grupo OEC (conforme atualizações pontuais) foi votado em Assembleia Geral de Credores, instalada em 2ª convocação, em 22 de novembro de 2024, tendo sido aprovado entre os credores presentes por 98,76% dos credores da Classe I (Créditos Trabalhistas), 91,60% dos credores da Classe III e 54,06% dos créditos da Classe III (Créditos Quirografários), 99,25% dos credores da Classe IV (Microempresa e Empresa de Pequeno Porte). No entanto, o referido PRJ deixou de ser homologado pelo Juízo da Recuperação, o qual em 18 de dezembro de 2024 determinou para as Recuperandas do Grupo OEC ajustes pontuais no PRJ.

Em 21 de janeiro de 2025, as Recuperandas apresentaram a nova versão do PRJ, promovendo os ajustes determinados pelo Juízo da Recuperação e determinados outros ajustes negociados com os credores. Em 07 de fevereiro de 2025, foi votado em Assembleia Geral de Credores, instalada em 2ª convocação, a nova versão do PRJ, tendo sido aprovado por expressiva maioria dos credores presentes em todas as classes, por 99,89% dos credores da Classe I (Créditos Trabalhistas), 92,71% dos credores da Classe III (Créditos Quirografários), 99,64% dos credores da Classe IV (Microempresa e Empresa de Pequeno Porte) e por 94,09% dos créditos da Classe III.

Em 07 de março de 2025 o referido PRJ foi homologado e a recuperação judicial foi concedida às Recuperandas do Grupo OEC pelo Juízo da Recuperação.

Os efeitos dos passivos financeiros reestruturados serão ajustados no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado a partir da data da homologação, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Tais efeitos ainda estão sendo apurados com base nas opções a serem escolhidas pelos credores com base no PRJ aprovado.

Resumidamente, o PRJ prevê as seguintes condições de reestruturação da dívida dos seus credores:

- Créditos Com Garantia Real

Os Créditos com Garantia Real serão reestruturados e pagos na forma da Opção B ofertada aos Credores Quirografários Gerais, e permanecerão garantidos pelas respectivas Garantias Reais atualmente constituídas, sendo facultada a dação em pagamento do bem gravado com a respectiva garantia real.

- Créditos Quirografários

Os Credores Quirografários recebem tratamentos distintos a depender da natureza do crédito e do credor, de acordo com o seguinte critério objetivo: (i) caso detenham Créditos Quirografários decorrentes de operações realizadas no âmbito do mercado de capitais, incluindo emissões de títulos de dívida nos mercados nacionais e estrangeiros (por exemplo, notes ou bonds), detidos por qualquer pessoa, física ou jurídica, incluindo os *Bonds*, receberão o tratamento previsto no PRJ para os “Credores Quirografários Mercado de Capitais”; (ii) caso detenham Créditos Quirografários que não sejam Créditos Quirografários Mercado de Capitais, receberão o tratamento previsto no PRJ para os “Credores Quirografários Gerais”.

- Créditos Quirografários Gerais

Os Credores Quirografário Gerais poderão eleger a forma de pagamento de seus Créditos Quirografários Gerais de acordo com uma das seguintes Opções de Pagamento:

Opção A: Os Credores Quirografários Gerais que elegerem essa opção terão seu crédito integralmente reestruturado e pago até o limite do valor do seu crédito quirografário ou R\$30mil, o que for menor, em parcela única, devida até 60 dias úteis contados da data de Homologação Judicial do Plano. Caso o montante do referido crédito quirografário seja maior que os R\$30mil, o referido crédito será novado e passará a corresponder o valor de R\$30mil. O referido crédito será corrigido e atualizado de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 0,1% a.a. desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento;

## OENGER S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2024  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Opção B: Os Credores Quirografários Gerais que elegerem essa opção, e aqueles que não realizarem validamente a eleição de Opção de Pagamento ou sejam Credores Retardatários, terão seu crédito integralmente reestruturado, sendo o seu vencimento no 25º aniversário da data de Homologação Judicial do Plano e será amortizado de acordo com o cronograma de amortização descrito no PRJ aprovado. Os referidos créditos serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 0,1% a.a. desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento. Os juros e correção incidentes antes da 1ª parcela serão capitalizados. A partir da 1ª parcela os juros remuneratórios incidentes sobre o saldo devedor do Saldo Remanescente serão pagos nas datas de amortização do principal. Em caso de as Recuperandas estejam adimplentes com todas as obrigações financeiras previstas no PRJ aprovado, será aplicado o desconto de 80% sobre o montante da última parcela devida a título de amortização dos Créditos Quirografários Gerais; e

Opção C: Os Credores Quirografários Gerais que elegerem essa opção terão seu crédito integralmente reestruturado e pago, em parcela única, no montante equivalente a 1,1179% do Crédito Quirografário Geral, devida em até 10 dias úteis contados da do desembolso do financiamento DIP.

- Créditos Quirografários Mercados de Capitais

Os Credores Quirografário Mercados de Capitais poderão eleger a forma de pagamento de seus Créditos de acordo com uma das seguintes Opções de Pagamento:

Opção A: Os Credores Quirografários Mercados de Capitais que elegerem essa opção terão seu crédito integralmente reestruturado e pago (“Recompra”), em parcela única, devida em até 10 dias úteis contados da do desembolso do financiamento DIP. As Recuperandas destinarão ao menos US\$50milhões recebidos no âmbito do financiamento DIP, para implementação da Recompra, conforme cláusulas do PRJ aprovado; e

Opção B: Os Credores Quirografários Mercados de Capitais que elegerem essa opção, e aqueles que não realizarem validamente a eleição de Opção de Pagamento ou sejam Credores Retardatários, terão seu crédito integralmente reestruturado, sendo o seu vencimento no 25º aniversário da data de Homologação Judicial do Plano e será amortizado de acordo com o cronograma de amortização descrito no PRJ aprovado. Os referidos créditos serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 0,1% a.a. desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento. Os juros e correção incidentes antes da 1ª parcela serão capitalizados. A partir da 1ª parcela os juros remuneratórios incidentes sobre o saldo devedor do Saldo Remanescente serão pagos nas datas de amortização do principal. Em caso de as Recuperandas estejam adimplentes com todas as obrigações financeiras previstas no PRJ aprovado, será aplicado o desconto de 80% sobre o montante da última parcela devida a título de amortização dos Créditos Quirografários Mercados de Capitais.

- Créditos ME/EPP

Os Credores ME/EPP poderão eleger a forma de pagamento de seus Créditos de acordo com uma das seguintes Opções de Pagamento:

Opção A: Os Credores ME/EPP que elegerem essa opção terão seu crédito integralmente reestruturado e pago até o limite do valor do seu crédito ou R\$15mil, o que for menor, em parcela única, devida até 60 dias úteis contados da data de Homologação Judicial do Plano. Em caso de o montante do referido crédito quirografário for maior que os R\$15mil, o referido crédito será novado e passará a corresponder o valor de R\$15mil. O referido crédito será corrigido e atualizado de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 0,1% a.a. desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento; e

## OENGER S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Opção B: Os Credores ME/EPP que elegerem essa opção, e aqueles que não realizarem validamente a eleição de Opção de Pagamento ou sejam Credores Retardatários, terão seu crédito integralmente reestruturado, sendo o seu vencimento no 25º aniversário da data de Homologação Judicial do Plano e será amortizado de acordo com o cronograma de amortização descrito no PRJ aprovado. Os referidos créditos serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 0,1% a.a. desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento. Os juros e correção incidentes antes da 1ª parcela serão capitalizados. A partir da 1ª parcela os juros remuneratórios incidentes sobre o saldo devedor do Saldo Remanescente serão pagos nas datas de amortização do principal. Em caso de as Recuperandas estejam adimplentes com todas as obrigações financeiras previstas no PRJ aprovado, será aplicado o desconto de 80% sobre o montante da última parcela devida a título de amortização dos Créditos ME/EPP.

- Credores Apoiadores

Considerando a importância de que sejam mantidos o fornecimento de insumos e a prestação de serviços essenciais a continuidade das atividades das Recuperandas, em especial dos projetos de engenharia em andamento, os Credores Quirografários Gerais e Credores ME/EPP que, concomitantemente, (i) atuem em segmentos comerciais estratégicos a manutenção das atividades do Grupo OEC; (ii) mantenham relações comerciais com as Recuperandas na data em que ocorrer a eleição da respectiva Opção de Pagamento no prazo para Eleição; (iii) não tenham, desde a Data do Pedido, conforme aplicável, interrompido, reduzido ou de qualquer forma impactado negativamente o cumprimento dos respectivos contratos firmados com as Recuperandas; (iv) assumam, por meio da celebração do instrumento constante do Anexo 3.5 do PRJ aprovado, o compromisso firme de manter os respectivos Contratos Estratégicos vigentes em todos os seus termos substanciais, poderão eleger a forma de pagamento de seus Créditos Concursais de acordo com as cláusulas previstas no PRJ aprovado.

- Créditos Ilíquidos

Todos os Créditos Ilíquidos, incluindo os Créditos Concursais ainda sujeitos a Ações Judiciais, Processos Administrativos e/ou Procedimentos Arbitrais, que são tratados de acordo com o PRJ aprovado como Créditos Ilíquidos, estão integralmente sujeitos aos termos e condições do referido PRJ e aos efeitos da Recuperação Judicial e poderão ser ou continuar sendo questionados pelas Recuperandas nas respectivas Ações Judiciais, Processos Administrativos e/ou Procedimentos Arbitrais, em que são ou serão discutidos, nos termos do artigo 49 da LFR.

- Créditos *Intercompany*

As Posições *Intercompany* que correspondam a Créditos Concursais estão integralmente sujeitos a Recuperação Judicial e são reestruturadas nos termos do PRJ aprovado, de modo que seu pagamento será, em quaisquer hipóteses, subordinado a todos os Créditos Concursais em termos de estrutura, garantia e tempo de pagamento.

### (a.3) Reestruturação Societária prevista no PRJ

Após a homologação do PRJ, o Grupo OEC implementará uma reestruturação societária, na qual o negócio de Engenharia e Construção, braço principal do grupo Novonor, passará a ter uma Holding, denominada OEC PAR S.A. ("OECPAR"), que consolidará as empresas OECl, Tenenge e a OECPAR Limited.

### (a) Programa de Integridade

O Grupo OEC possui compromisso de continuamente atuar com ética, integridade e transparência, consistente com as melhores práticas mundiais de governança, com as leis, normas e regulamentos aplicáveis, bem como com as políticas da Companhia, zelando pela conduta baseada em princípios e valores éticos.

## OENGER S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Várias iniciativas relacionadas a melhorias de controles de processos financeiros, tais como diretrizes e novos processos operacionais, foram implementadas de forma intensa e progressiva, ao longo dos últimos nove anos, com o objetivo de proporcionar maior segurança empresarial ao Grupo OEC.

O Programa de Integridade do Grupo OEC segue padrões típicos de empresas de capital aberto, com governança exercida por meio de um Conselho de Administração composto por no mínimo 20% de conselheiros independentes, sendo que a participação atual é de 50%. O responsável por Integridade e Gestão de Riscos (atual nomeado em março de 2025) está vinculado ao Conselho de Administração e escolhido e liderado diretamente pelo coordenador do Comitê de Integridade e Auditoria, cabendo a este comitê – que requer maioria de conselheiros independentes e coordenação por um destes independentes – acompanhar e supervisionar o Programa de Integridade em assessoramento ao Conselho de Administração.

O Programa de Integridade do Grupo OEC conta com todos os pilares fundamentais de um programa efetivo de Compliance: (i) independência e autonomia das área de integridade e de auditoria interna; (ii) políticas e diretrizes bem definidas, amplamente comunicadas, com treinamentos recorrentes aos integrantes; (iii) análises regulares de riscos que orientam as ações e concentrações do programa; (iv) processos de due diligence de terceiros e de integrantes; (v) canais de denúncias disponíveis em todas as operações, com independência e imparcialidade na condução de investigações internas; (vi) monitoramento contínuo de riscos e controles, com indicadores objetivos para mensurar desempenho e efetividade; e (vii) remediações aplicadas quando da constatação de desvios.

Os controles internos implementados no Grupo OEC foram amplamente testados e aprimorados nos últimos nove anos, incluindo múltiplas instâncias de monitoramento independente. Em novembro de 2020, o Programa de Integridade foi atestado por monitores independentes apontados pelo Departamento de Justiça Americano (DoJ) e pelo Ministério Público Federal do Brasil. Em 2021, passou por novo ciclo de revisão independente no âmbito dos acordos firmados com o Banco Mundial e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O relatório entregue pelos monitores aos dois bancos no final de 2021 não só reforçou as conclusões exitosas do monitoramento do acordo com o DoJ, mas também atestou que o Programa de Integridade da OEC atende a todas as diretrizes de Compliance do Banco Mundial e do BID. Em março de 2022 a GCU encerrou o monitoramento ostensivo do Programa de Integridade do Grupo OEC, atestando que o Grupo OEC cumpriu com todos os compromissos assumidos em relação à temática de Integridade do Acordo de Leniência firmado com CGU/AGU em 2018.

Em 2023, passou por novo ciclo de revisão independente no âmbito do acordo firmado com BID e no relatório de encerramento do monitoramento independente, entregue pelos monitores ao Banco, em agosto de 2023, foi atestado que o Programa de Integridade implementado é bem fundamentado e maduro, que continua atendendo aos requisitos do Banco, com estruturas robustas e efetivas de Compliance e de auditoria interna e que foram reunidas evidências de que o comprometimento da Companhia com uma cultura ética e de integridade é sustentável ao longo do tempo. Em maio de 2023, a Petrobras concluiu a Due Diligence de Integridade da Companhia e a habilitou para participar de licitações e para prestar serviços.

Em reconhecimento ao trabalho de aperfeiçoamento contínuo da governança e da integridade empreendido nos últimos anos, em dezembro de 2022, o Grupo OEC recebeu o selo Infra+ Integridade do Ministério da Infraestrutura, em reconhecimento a adoção de boas práticas de governança, compreendendo integridade, ética, transparência, conformidade, responsabilidade social, sustentabilidade e prevenção à fraude e à corrupção. Em setembro de 2023, as duas iniciativas do Grupo OEC inscritas no GRI Infra Awards Andean 2023, foram classificadas como finalistas em suas respectivas categorias, tendo o Projeto Monitoramento Sistemático de Riscos de Controles, apresentado na categoria Governança, recebido a terceira colocação. Em novembro de 2023, o Grupo OEC recebeu da CGU o Selo Pro Ética 2022-2023, uma iniciativa que reconhece empresas que adotam boas práticas em governança corporativa, bem como desenvolvem e incentivam o comportamento ético e ações de transparência dentro de seus negócios. Em junho de 2024, o Grupo OEC aderiu ao Pacto Brasil, uma iniciativa da CGU que estimula empresas que atuam no Brasil a assumir, voluntariamente, compromisso público com a integridade empresarial. Além disso, o Grupo OEC tem se envolvido ativamente com a Academia, o Terceiro Setor e com Organizações Internacionais para trocar melhores práticas e compartilhar lições aprendidas ao longo dos anos. Essas interações incluem aulas, webinars, seminários, painéis, sessões de benchmarking e atividades similares.

## OENGER S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Pode-se destacar algumas métricas alcançadas em 2024 no Programa de Integridade do Grupo OEC: (i) foram analisados mais de 8.100 processos de due diligence de fornecedores; (ii) cumprimentos do Plano Anual de Treinamento aprovado pelo Conselho de Administração atingindo um índice de conclusão de 100% dos treinamentos do grupo meta definido; (iii) 514 relatos recebidos no canal de denúncias foram investigados de maneira independente pela área de Integridade, dos quais 41% foram considerados como parcial ou totalmente procedentes, gerando 65 ações de remediação, dentre as quais, 17 demissões; (iv) no monitoramento contínuo de Compliance, de janeiro a dezembro de 2024, foram abertas 144 ações para teste e verificação de processos, 127 registros de terceiros tiveram seus processos de contratação revisados em relação a requisitos de integridade e revisão de mais de 500 formulários de autodeclaração preenchidos pelos integrantes para averiguação de potenciais conflitos de interesse reportados.

Por fim, vale ressaltar que o Programa Global de Integridade do Grupo OEC está certificado na ISO 37001:2017 Sistema de Gestão Antissuborno com validade até abril de 2027, tendo passado por auditorias externas de um organismo certificador internacional credenciado.

### 2 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2023, exceto pelas normas e alterações com vigência a partir de 1º de janeiro de 2024, conforme abaixo:

#### Revisadas e vigentes

- Alteração ao IAS 1 (CPC 26(R1)), Apresentação das demonstrações financeiras - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes.
- Alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com *covenants*;
- Alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo que possa ser liquidado;
- Alterações ao IAS 7 (CPC 03 (R2)) Demonstração dos fluxos de caixa e IFRS 7 (CPC 40 (R1)) Instrumentos Financeiros: Evidenciação – Divulgações específicas aos acordos financiamento de fornecedores;

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

#### Revisadas e não vigentes

- Alterações ao IAS 21 (CPC 02 (R2)) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – Avaliação de moeda conversível e estimativa de taxa e divulgação de moeda não conversível – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2025.
- Alterações ao IFRS 1 (CPC 37 (R1)) Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade – Uso de custo atribuído após hiperinflação severa – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2025.

A Administração da Companhia está em processo de avaliação dos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima.

### 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG mediante resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, os quais estão convergidos com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).



## OENGER S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 5 Sociedades do Grupo

Em 2024, foi constituída provisão para perda no montante de R\$ 90.588 sobre o saldo do mútuo com a CNO, empresa Recuperanda do Grupo OEC, apresentando em 31 de dezembro de 2024 saldo com partes relacionadas de R\$31 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 90.619).

#### a) Outras transações com partes relacionadas

A Companhia possui saldo a pagar para a CNO no montante de R\$106 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 2) apresentada na rubrica Fornecedores.

### 6 Tributos a Recuperar

	2024	2023
Ativos - compensáveis		
Antecipação de imposto de renda	165	157
	<u>165</u>	<u>157</u>

### 7 Fornecedores

	2024			2023
	Vencidas até 90 dias	Vencidas de 91 a 365 dias	Total	Total
Não vencidas	70	46	158	32
	<u>70</u>	<u>46</u>	<u>158</u>	<u>32</u>
		Passivo circulante	<u>158</u>	<u>32</u>

### 8 Patrimônio Líquido

#### (a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 193.410 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 193.370), dividido em 193.410.094 (31 de dezembro de 2023 – 194.370.094) ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal.

Em 27 de março de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária redução de capital social da Companhia em R\$ 1.050, mediante cancelamento de 1.050.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal com devolução das respectivas participações para as acionistas da Companhia.

m 30 de dezembro de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária aumento de capital social em R\$ 40 pela acionista OEC S.A – Em Recuperação Judicial, mediante a emissão de 40.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

## OENGER S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2024  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (b) Prejuízo por ação

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(90.887)	(272)
Média ponderada da quantidade de ações, por classe (em milhares)		
Ações ordinárias	<u>193.370</u>	<u>193.617</u>
Prejuízo por ação (expresso em Reais)		
Ações ordinárias	<u>(0,470)</u>	<u>(0,001)</u>

### 9 Despesas gerais e administrativas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Serviços de terceiros	(253)	(127)
Aluguel	(44)	(78)
Outros	<u>(13)</u>	<u>(2)</u>
	<u>(310)</u>	<u>(207)</u>

### 10 Resultado financeiro, líquido

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Provisão de perdas esperadas de créditos com partes relacionadas (i)	(90.588)	
Receita sobre equivalentes de caixa		63
Outros, líquidos	<u>11</u>	<u>9</u>
	<u>(90.577)</u>	<u>72</u>

(i) O valor de R\$ 90.588 é referente a provisão para perda sobre crédito de liquidação duvidosa com partes relacionadas, decorrente das empresas do grupo que entraram em Recuperação Judicial, conforme descrito na nota 5.

### 11 Eventos subsequente

Conforme mencionado na Nota 1, item 1.a, a Companhia juntamente com a sua controladora direta OECSA, e as Empresas ODB Holdco, Odebrecht Engenharia, CNO, OECI, Tenenge, OOL, CBPO, Belgravia, TOC e OEC Finance ("Recuperandas do Grupo OEC") ajuizaram pedido de recuperação judicial em 27 de junho de 2024, que foi deferido na mesma data na 2ª Vara de Falências e Recuperações do Tribunal de Justiça de São Paulo, que considerou atendidos os requisitos legais para instalação de referido procedimento judicial.

Em 07 de fevereiro de 2025, foi votado em Assembleia Geral de Credores, instalada em 2ª convocação o novo PRJ, devidamente ajustado, tendo sido aprovado, quase que pela totalidade dos credores presentes em todas as classes, por 99,89% dos credores da Classe I (Créditos Trabalhistas), 92,71% dos credores da Classe III (Créditos Quirografários), 99,64% dos credores da Classe IV (Microempresa e Empresa de Pequeno Porte) e por 94,09% dos créditos da Classe III.

Em 07 de março de 2025 o referido PRJ foi homologado pelo juiz na 2ª Vara de Falências e Recuperações do Tribunal de Justiça de São Paulo.

## OENGER S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2024  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

De acordo com o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, os efeitos dos passivos financeiros reestruturados serão ajustados no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado a partir da data da homologação. Tais efeitos ainda estão sendo apurados com base nas opções a serem escolhidas pelos credores com base no PRJ aprovado.

Em abril de 2025, o Grupo OEC implementou uma reestruturação societária, a qual o negócio de Engenharia e Construção, braço principal do grupo Novonor, passou a ter como holding a OECPAR, consolidando as empresas OECI, Tenenge e a OEC PAR Limited.

\* \* \*